1/7

A T A Nº 5

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

2ª Reunião (Continuação 29/12/2025)

20 de janeiro / 2026

Realizada no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Santa Marinha.----------

HORA DE ABERTURA: 21H01.----------

DEPUTADOS PRESENTES (Anexo 1):----------

PSD: Mário Simões; Joana Cardoso; Miguel Vieira.----------
CDS-PP: Manuel Leão.----------
IL: Pedro Pereira.----------
PS: André Lima; José Raimundo Filipe; Helena Amaral; Maria Cristina Azevedo; Cristiana Santos; António Lopes; Raul Santos.----------
CDU: Isa Sanches.----------
CHEGA: Marcelo da Silva; Maria Manuela Gonçalves.----------
Livre: Nuno Moreno.----------

Presidiu à reunião: O Presidente da Mesa da Assembleia – OCTÁVIO JOSÉ MARTINS PIMENTEL. ----------
Secretariou a reunião: A 1ª e 2ª Secretárias da Mesa da Assembleia – ALEXANDRA JOÃO FORTUNA DE SOUSA e MARIA ALEXANDRA PINTO VALENTE DA SILVA respetivamente. ----------
Do Executivo da Junta estiveram presentes: O Presidente, Fernando Duarte, o Tesoureiro, Álvaro Pereira e os Vogais, Anabela Carriço e Filipe Santos.----------
Do Executivo da Junta estiveram ausentes: A Secretária, Helena Peixoto e os Vogais, Agostinho Viana e Maria Assunção Carvalho.----------

O Presidente da Assembleia de Freguesia deu início à sessão.----------

Não existiram inscrições para intervenção do Público **(Anexo 2)**.----------

2. Período de Antes da Ordem do Dia.

2.2. Outros Assuntos de acordo com a lei.

Ordem de Trabalhos:

O Presidente da Assembleia de Freguesia questionou se poderiam passar diretamente à votação das propostas, requerimentos e moções apresentados na reunião anterior. E a Assembleia de Freguesia *aprovou por unanimidade*.----------
De seguida, questionou se as propostas do Chega, com exceção a emenda do Regimento são para colocar à votação ou para resposta pelo Executivo.----------
O deputado Marcelo da Silva indicou que seriam ambos para colocar a votação.----------

Anexo E – 10 contra PS CDU Livre IL/6 abstenções PSD/3 favor Chega CDS.----------

Anexo C - 2 votos contra CDU Livre /17 a favor PSD PS CDS IL Chega.----------

O deputado da IL indicou que os requerimentos apresentados são para serem respondidos, pelo Executivo.----------

O Presidente da Assembleia de Freguesia indicou ao deputado Sr. André Lima, a entrega do documento solicitado, e que está enquadrado na informação do Presidente da Junta.----------

Anexo N – 2 votos contra IL CDS, 8 abstenções PSD Chega, 9 votos a favor PS CDU Livre.-

Anexo M – 5 votos contra Chega IL CDS PSD (1 P.A.F.), 5 abstenções PSD, 9 a favor PS CDU.----------

Anexo O – 9 votos contra Chega IL CDS PSD, 1 abstenção PSD, 9 votos a favor PS CDU Livre.----------

Deputado Raimundo Filipe questionou o Presidente da Assembleia de Freguesia se queria exercer o seu direito e desempatar a votação da última moção. Sendo que este referiu que sim e que mantinha a sua decisão de voto contra.----------
O deputado Marcelo da Silva indicou que tinha requerimentos e pretendia discursar, ao que foi respondido que não seria possível, porque aquilo que tinha sido acordado era a votação dos documentos apresentados na reunião anterior.----------

3/7

3. Período da Ordem do Dia.

3.1. Apreciação e Votação das Opções do Plano e Orçamento para 2026:

a) Opções do Plano e Orçamento para 2026 (inclui o Plano Orçamental Plurianual);

b) Mapa de Pessoal;

c) Autorização relativa à Execução das Opções do Plano e Orçamento para o Ano de 2026: Autorização para a Delegação de Competências do Município na Freguesia; Autorização para, no âmbito do modelo de repartição de competências, estabelecer um Contrato Interadministrativo entre o Município e a Freguesia; Autorização para a Junta estabelecer Formas de Cooperação com Entidades Públicas e Privadas;

d) Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais.

O Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Executivo para ser iniciada a discussão das opções de Plano e Orçamento para 2026.----------

Iniciou o discurso o Presidente da Junta de Freguesia, apresentando os objetivos e condicionalismos do Orçamento. E passando a explicação do documento ao tesoureiro Álvaro Pereira.----------

O deputado Raimundo Filipe pediu a palavra, e veio pedir um esclarecimento sobre a estimativa da despesa de 1500 euros apresentada em 2025. Quer saber se foi concretizada, e se não foi quanto foi realizada?----------

O Executivo indicou que não fizeram mais investimento.----------

Foram abertas as inscrições para os deputados tomarem a palavra.----------

Foi dada a palavra ao deputado Pedro Pereira da Iniciativa Liberal, que apresentou uma proposta de alteração ao Orçamento **(Anexo 3)**.----------

O deputado André Lima apresentou a sua declaração política, sobre o Orçamento indicando que não é pensado da Freguesia. Indicando que não resolve problemas, mas que os adia, e não responde às prioridades da Freguesia **(Anexo 4)**.----------

O Presidente do Executivo indicou que o Orçamento está condicionado pelas dívidas.-----

Foi dada a palavra à deputada Isa Sanches da CDU, que questionou o Executivo e pediu mais detalhes sobre os itens do Orçamento, a ação social, os postos de enfermagem **(Anexo 5)**.----------

O Presidente A.F. deu a palavra ao Executivo.----------

A vogal Anabela Carriço indicou que o fundo social 12.000,00 € foi reforçado, e é este que dá apoio às rendas e farmácias. Da Câmara vem uma panóplia de competências, e acompanhamento de uma técnica do Município. Só saberemos o valor que virá depois de estarem estabelecidos os planos.----------

O Presidente do Executivo veio referenciar os postos médicos como uma necessidade, referida pelas pessoas onde eles têm mais procura. E que se prevê na próxima semana estarem a funcionar dois, um na cota alta e outra na cota baixa.----------

O deputado Raimundo Filipe apresentou a sua intervenção sobre o documento apresentado, indicou que o Executivo concretizou 1% do que estava obrigado a investir no ano 2025. Indicou que não merece a confiança desta Assembleia, e que orçamentaram 150.000,00 € e que apenas concretizaram 1 % do valor que receberam. Indica que o Orçamento não está correto, não é justo, e não vão ter o voto favorável do Partido Socialista.----------

O Presidente do Executivo pediu a palavra para dizer qual é a situação da capacidade que o deputado tem para resolver todos os problemas. Por problemas de solvabilidade foram obrigados à venda da Escola Mariani e que o processo estava todo ele finalizado e aprovado pelos Executivos da Freguesia e Câmara e respetivas Assembleias. Mesmo com esse dinheiro, continuam com 149.000,00 € de uma dívida do telhado. Têm de devolver 50.000,00 € de ação social por inoperância de quem estava antes, porque a verba foi gasta em despesas correntes. E deixaram esta situação para esta Junta responder, também têm de devolver 38.000,00 à Câmara Municipal. Indicou ainda que o anterior Presidente Eduardo Vítor Rodrigues não entregou à Junta os valores dos jogos juvenis, e do almoço dos idosos. Indicou que já se pagaram algumas dívidas, daí o valor já não estar nos 250.000,00 €. Indicou que as IPSS, as escolas reconhecem as dificuldades inerentes à gestão que estão a fazer.----------

O deputado André Lima pediu direito de resposta, tendo alegado terem sido acusados de má-fé. Indicando que a Junta de Freguesia fica com um super habit de 70.000,00 €.----

Anabela Carriço indica que faltam aí os valores dos 110.000,00 € dos compromissos assumidos e não pagos.----------

Foi dado um minuto ao deputado Raimundo Filipe, que indicou que a Junta ficaria teoricamente com um deficit de 40.000,00 €. Questionou se fizeram algum esforço para recuperar este valor. Não lhes parece que haja uma questão de calamidade, e que isto são questões políticas deste Executivo.----------

A deputada Cristiana Santos do PS veio apresentar a sua intervenção, sobre a juventude, participação ativa **(Anexo 6)**.----------

O Presidente da Junta indicou que queria exercer o direito de resposta, questionando se questionou às pessoas que estão na sua bancada, que esteve cá doze anos.----------

Passou a palavra à deputada Cristina Azevedo do PS que questionou sobre a existência de espaços verdes nesta freguesia, e no valor apresentado de 100,00 € no Orçamento.----

O deputado António Lopes do PS, ao qual foi dada a palavra e feito um apelo à capacidade de síntese. Que mencionou um corte nas rubricas fundamentais no Orçamento. E indica que o Orçamento de cariz liberal o afasta do Povo **(Anexo 7)**.---------

Foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia que indicou que está a ser entendido, que este Orçamento é o definitivo. E que poderão existir montantes a serem considerados.----------

O deputado Raimundo Filipe pede esclarecimento à Mesa, que foi indicado que o documento a votação é este que foi enviado.----------

O Presidente da Assembleia de Freguesia indicou a proposta apresentada pelo deputado Pedro Pereira da Iniciativa Liberal, e que a mesma deveria ser colocada a votação.----------

E a deputada Isa Sanches solicitou uma pausa de cinco minutos para leitura da proposta.----------

- Foi colocada a votação a proposta da IL, mas o Executivo indicou que aceitava, nesse sentido avançou-se uma vez que são aceites na íntegra e vão ser incluídas no Orçamento.----------

Passamos à apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento para 2026 (ponto 3.1):----------

Alíneas: ----------

a) Proposta aprovada (8 votos contra (PS e CDU), 3 abstenções (Livre e Chega) e 8 votos a favor (PSD, CDS e IL)).----------
O Presidente da Assembleia de Freguesia exerceu o voto de qualidade, mantendo a sua votação (a favor).----------

b) Proposta não aprovada (9 votos contra (PS e Chega), 2 abstenções (CDU e Livre) e 8 votos a favor (PSD, IL e CDS)).----------

c) Proposta aprovada (7 votos contra 7 (PS), 3 abstenções (Livre e Chega), 9 votos a favor (CDU, PSD, IL e CDS)).

d) Proposta aprovada (Com retificação proposta da IL, 8 votos contra (PS), 2 abstenções (Chega) e 9 votos a favor (PSD, IL, CDS e CDU)).----------

De seguida:----------

O Deputado Nuno Moreno veio apresentar a declaração de voto **(Anexo 8)**.----------
A Deputada Isa Saches veio apresentar a declaração de voto **(Anexo 9)**.----------
O Deputado Marcela da Silva veio apresentar a declaração de voto **(Anexo 10)**.----------
O Deputado André Lima veio apresentar a declaração de voto **(Anexo 11)**.----------

3.2. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia sobre a atividade e a situação financeira da Freguesia.

Por último, foi dada a palavra ao Presidente da Junta para apresentar a informação escrita sobre a atividade e a situação da Freguesia **(Anexo 12)**.----------

O deputado André Lima pediu a palavra para responder ao Presidente da Junta, aproveitando a leitura da informação escrita. Que por sua vez veio indicar que não está transcrita a receita nesse documento, porque ela efetivamente não existia **(Anexo 13)**.----

O deputado Raimundo Filipe veio fazer um ponto de ordem à Mesa, relativamente ao documento que foi distribuído pela 2ª. Secretária.----------

O Presidente da Junta veio pedir desculpa pelo erro, porque estava com a ideia que o pagamento da venda da escola tinha sido posterior a essa data. E pediu desculpa pela falha, penitenciando-se por isso.----------

7|7

Foi lida a **Ata da Assembleia de Freguesia de 29 de dezembro de 2025**, e colocada à votação e foi **aprovada por unanimidade**.----------

Foi dito pelo deputado Raimundo Filipe que o valor a devolver é de 32.000,00 € pela viatura Move Mais à Câmara Municipal.----------

O deputado Mário Simões pede que se identifique nas votações, a força política.----------

Nada mais havendo a tratar, quando eram 00:31 horas do dia 21.01.2026, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião, da qual se elaborou a presente ata, que depois de lida, será posta à votação, nos termos da legislação em vigor. E eu, Alexandra João Fortuna de Sousa, 1° Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia, a redigi.----------
O Presidente da Assembleia colocou a presente ata à votação que foi **Aprovada por Unanimidade dos Presentes**.----------

O Presidente da Assembleia de Freguesia,

OCTÁVIO JOSÉ MARTINS PIMENTEL

A 1.ª Secretária da Assembleia de Freguesia,

ALEXANDRA JOÃO FORTUNA DE SOUSA

A 2.° Secretária da Assembleia de Freguesia,

MARIA ALEXANDRA PINTO VALENTE DA SILVA

ANEXO 1

assembleia de freguesia
santamarinha
vila nova de gaia

Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia

2ª Reunião

20 janeiro de 2026

LISTA DE PRESENÇAS

Nome	Partido	Rubrica
Octávio José Martins Pimentel	PSD	
Alexandra João Fortuna de Sousa	PSD	
Maria Alexandra Pinto Valente da Silva	PSD	
Mario Augusto da Silva Simões	PSD	
Manuel Maria Teixeira Leão	CDS-PP	
Pedro Armando de Matos Pereira	IL	
Joana Correia Cardoso	PSD	
Miguel Fernando Azevedo Vieira	PSD	
André Luis Pinto Lima	PS	
José Raimundo Moreira Filipe	PS	
Helena de Jesus Amaral	PS	
Maria Cristina Ribeiro Nunes Azevedo	PS	
Cristiana Rocha Santos	PS	
António Augusto Lemos Lopes	PS	
Raul Marques Pereira dos Santos	PS	
Marcelo Castro da Silva	CHEGA	
Maria Manuela Soares Gonçalves	CHEGA	
Isa Janine Esteves Sanches	CDU	
Nuno Manuel Ferreira Cepeda Moreno	LIVRE	

PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÕES

Nome	Partido	Rubrica

assembleia de freguesia
santamarinha
vila nova de gaia

Anexo 2

Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia
2ª Reunião
20 de janeiro de 2026

PEDIDO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nome	Morada	Rubrica

Assembleia de Freguesia de Santa Marinha
Rua Cândido dos Reis, 545 - 4400-075 Vila Nova de Gaia
Tel.: 223 746 720 E-mail: assembleia@santamarinha-gaia.pt

Anexo 3
1/4

Iniciativa Liberal
Assembleia de Freguesia de Santa Marinha

SOBRE O ORÇAMENTO PARA 2026 E OPÇÕES

Saúdo o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e Sras. Secretárias.

Saúdo o Sr. Presidente da Junta e restantes membros do Executivo.

Saúdo os Senhores Membros da Assembleia de Freguesia.

Saúdo especialmente os amigos e vizinhos que nos honram com a sua presença.

Temos a consciência que este é o orçamento possível.

Para a nossa decisão de voto sobre o Orçamento, tomamos em consideração:

- Que entre a tomada de posse e o dia de preparação deste documento passou muito pouco tempo;

- Que estamos, efetivamente, a criar uma nova Freguesia, com todos os constrangimentos associados;

- Que só há poucos dias foi aprovado o Orçamento Camarário; e

- Que há compromissos que se transferem do Executivo anterior.

Por isso, entendemos que este seja um orçamento pouco ambicioso, mais de continuidade do que seria desejável. Em condições normais, a Iniciativa Liberal opor-se-ia a este Orçamento.

Não é aceitável, por exemplo, que as despesas de capital sejam apenas 19% do total. Esta Junta existe, nos termos atuais, para a sua autossustentação e pouco mais. Se isso é típico dos 12 anos anteriores, não se pode perpetuar no tempo.

Ou que se gaste 60% de todas as nossas receitas apenas em custos com pessoal e, no entanto, esteja planeado um aumento de 30% da força de trabalho.

Ou ainda que se continue a orçamentar dezenas de milhares de euros para festas e passeios que, ainda há pouco, apelidamos de eleitoralistas.

Sabemos que há planos para alterar este modelo de gestão ainda este ano, o que é de louvar.

Assim, com a exceção da proposta que mencionarei a seguir, a Iniciativa Liberal votará favoravelmente este orçamento e Opções do Plano, deixando, no entanto, um último alerta ao Executivo para que o próximo orçamento não enferme dos mesmos vícios.

Esta aprovação está, então, condicionada à aceitação da seguinte proposta de alteração.

Iniciativa Liberal
Assembleia de Freguesia de Santa Marinha

Santa Marinha, 20/01/2026

Proposta de Alteração às "Alterações Relativas à Execução das Opções do Plano e Orçamento – Ano de 2026"

À Assembleia de Freguesia de Santa Marinha.

A Iniciativa Liberal defende que a legislação atual já é demasiado permissiva relativamente aos compromissos plurianuais que uma Junta pode assumir sem autorização prévia do órgão principal da Freguesia, que é a Assembleia.

Assim, considerando:

- O disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 6º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), com a redação dada pela Lei nº 22/2015 de 27 de março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia de Freguesia;

- O nº 1 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho (regulamentado da LCPA), com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, que veio estabelecer que a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Opções do Plano;

- O disposto na alínea xx) do nº 1 do artigo 16º do Anexo 1 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais);

- Considerando por fim, que para efeitos de celeridade, eficácia e boa implementação da estratégia de desenvolvimento desta Freguesia, não é viável a

autorização individual de cada um dos compromissos plurianuais a assumir em Assembleia de Freguesia;

Propõe a Iniciativa Liberal que esta Assembleia condicione a autorização prévia para compromissos plurianuais nos termos propostos na Proposta de Alteração às Alterações Relativas à Execução das Opções do Plano e Orçamento – Ano de 2026, a:

- Valor máximo de 100.000 EUR no total;

- Prazo máximo de 3 anos;

- Que tenham cabimento orçamental.

Vila Nova de Gaia, 20 de janeiro de 2026.

Assinado por: **Pedro Armando de Matos Pereira**
Num. de Identificação: 08499989
Data: 2026.01.20 22:21:45+00'00'

Pedro Armando de Matos Pereira

Anexo 4
1/3

Secção de Santa Marinha e São Pedro da Afurada

Exmos. Senhor Presidente e Senhoras Secretárias da Assembleia de Freguesia;

Exmo. Senhor Presidente e demais Membros do Executivo da Junta de Freguesia;

Exmos. Senhores Deputados da Assembleia de Freguesia;

Exmo. Senhor Colaborador da Junta de Freguesia que presta apoio nesta Reunião;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Declaração Política sobre o Orçamento para 2026

Hoje, irei apenas fazer uma breve introdução política para enquadrar este debate.

De seguida, os meus camaradas irão provar com números tudo o que aqui vamos afirmar.

Hoje não estamos aqui para discutir apenas contas.

Estamos aqui para discutir um rumo político.

Este orçamento não nasce das necessidades da freguesia.

Nasce da conveniência do executivo.

Durante 36 anos, esta freguesia teve uma linha clara: **primeiro as pessoas, depois as instituições, depois as obras.**

Com erros e acertos, esta foi sempre a matriz da governação local, com executivos de diferentes cores políticas.

Este orçamento rompe com essa história. Inverte prioridades. **Troca pessoas por betão, respostas sociais por imagem, necessidades reais por conveniência política.**

Este não é um orçamento pensado a partir da Freguesia. Parece mais um segundo orçamento da Câmara Municipal.

Depende de competências que ainda não chegaram, depende de verbas que não controlam, depende de decisões que não são tomadas aqui.

Uma freguesia que **governa à espera** deixa de liderar. Passa a ser apenas executora do que outros decidem.

Isto não é planeamento. **É governar por expectativa.**

Quando é preciso escolher, este executivo escolhe sempre o que dá palco.

Escolhe o que se vê.

Escolhe o que se fotografa.

E corta onde dói menos politicamente: **nas pessoas que não fazem barulho, nas instituições que não gritam, nas famílias que apenas pedem apoio.**

Este orçamento não resolve problemas.

Adia-os.

Não enfrenta dificuldades.

Empurra-as para a frente.

E depois chamam a isso responsabilidade.

Mas responsabilidade não é esconder fragilidades atrás de obras.

Responsabilidade é olhar para quem precisa e responder.

Responsabilidade é dizer a verdade, mesmo quando ela é incómoda.

Responsabilidade é escolher as pessoas antes da propaganda.

Este orçamento não responde às prioridades reais da freguesia.

Responde às prioridades do executivo.

Não podemos concordar que decisões se tomem afastadas das reais necessidades da freguesia.

É isso que.

E para que não restem dúvidas, vamos mostrar o caminho real deste orçamento vamos mostrar com números: onde as escolhas políticas se sobrepõem às necessidades das pessoas e das instituições. Vamos mostrar onde as prioridades foram invertidas e quem fica de fora quando se decide pela conveniência em vez da freguesia.

O que vem a seguir não é retórica.

São factos.

Vila Nova de Gaia, 20 de janeiro de 2026

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista

O Líder do Grupo Parlamentar

Foram ainda cortados os **cabazes de Natal a famílias carenciadas**, ainda que se reconheça que as famílias em situação de pobreza extrema acabaram por ser apoiadas. O mínimo dos mínimos não pode ser apresentado como virtude política.

Estas decisões foram publicamente justificadas com base numa situação financeira apresentada como dramática e sem alternativas.

E é aqui que a informação escrita atinge o seu ponto mais grave. O documento **omite completamente** a entrada de **250.000 €**, em dezembro, resultantes da venda do edifício da antiga Escola sita na Rua José Mariani, n.º 67 em Santa Marinha.

Uma receita efetiva.
Uma receita conhecida pelo Executivo.
Uma receita **omitida** à oposição, à Assembleia e à população.

Não estamos a falar de um erro técnico.
Estamos a falar de uma **omissão politicamente relevante**, que condicionou a perceção pública da situação financeira e serviu para legitimar cortes com impacto social profundo.

Quando se omite uma receita desta dimensão e, simultaneamente, se cortam apoios a idosos, crianças e famílias, o problema deixa de ser contabilístico. Passa a ser **ético e político**.

Esta Assembleia deve, por isso, registar com clareza que:

- a informação escrita apresentada é **incompleta**;
- omite receitas determinantes;
- e foi usada para justificar decisões que penalizaram quem menos tem.

Não se governa uma freguesia escondendo informação relevante.
Não se invoca responsabilidade financeira à custa dos mais frágeis.
E não se pode pedir compreensão quando se escolhe a omissão.

Solicito que esta apreciação crítica fique **expressamente registada em ata**, porque o que aqui está em causa não é apenas a gestão de contas, mas a **responsabilidade política pelas escolhas feitas**.

Vila Nova de Gaia, 20 de janeiro de 2026

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista

O Líder do Grupo Parlamentar

Anexo 5

CDU
Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Santa Marinha

Opções do Plano e orçamento 2026

Temos neste documento as linhas gerais do trabalho que se espera desta autarquia. Vemos que referem a preocupação com o desporto, com o cemitério, entre outros,
Valorizamos esse esforço e é também preocupação da CDU.
Queremos uma freguesia mais desenvolvida, em que seja ainda melhor viver.

Primeiramente, valorizamos a ideia de celebrações que fazem. São datas importantes para o país, nas quais nos revemos.
A 2 de abril de 1976 foi aprovada a Constituição da República Portuguesa, com a ideia de "Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei" Faz por isso 50 anos.
No mesmo ano, a 25 de abril de 1976, foram realizadas as primeiras eleições livres. Estas eleições tiveram uma taxa de participação nunca antes vista.
Há uma série de iniciativas desde iniciativas que envolvem a celebração na Assembleia da República, escolas e a Comissão Comemorativa 50 Anos 25 Abril.
Em Santa Marinha deveriamos também incluir estas datas no plano deste ano, de forma a inspirar as novas gerações por forma a renovar e defender a democracia.

Reconhecemos que este é o primeiro orçamento anual que apresentam, e que é um desafio, pela carga pesada que herdaram. Não podemos dizer que partem sem histórico. Há um histórico de como foi a União de Freguesias, e que o grupo parlamentar que apoia este executivo tinha plena consciência.

Relativamente ao documento em questão, valorizamos o esforço de o apresentar, sem informação de valores concretos que serão transferidos por parte da Câmara, no entanto isso coloca questões e dificuldades.

Nesse sentido, há algumas questões que surgem. Certamente haverá outras, no entanto, para um documento desta importância, seria importante mais esclarecimentos, mais detalhados, e sobretudo mais documentação e tempo para a sua discussão.
Este documento chegou à nossa posse a dia 13. Certamente cumprindo com a antecedência, mas que dá aos diferentes membros desta assembleia apenas 1 semana para discussão, sendo que tivemos eleições presidenciais. Desta forma, deixamos a sugestão de, no futuro, ser enviado com maior antecedência, e/ ou alvo de reunião de apresentação, para que fique claro o que pretendem e questões possam ser esclarecidas.

Assim, colocava a questão relativa ao item Parques, jardins e lavadouros.
Referem a importância para os nossos fregueses. preocupação que partilhamos. Uma freguesia mais verde, com espaços de lazer é sempre de valorizar.
No entanto, estas rubricas aparecem com 100 euros atribuídos para o ano 2026.
Não temos no texto indicação clara sobre o que pretendem fazer, e tem a rubrica dotada de apenas 100 euros para os parques e 300 para os tanques? Sei que podem estar apenas a abrir o item, para que no futuro possa haver revisão orçamental, mas podem indicar o porquê deste valor, e quais os projetos que tem?

Também mencionam no texto que "teremos de realizar obras de modo a criar condições num futuro próximo a gabinetes de trabalho salas para os munícipes" na parte em "Administração da Junta de Freguesia". Parece-nos razoável, e necessário, inclusivamente foi diversas vezes prometida essa adaptação do espaço. No entanto, vão fazer a reformulação com 100 euros? é que é o que preveem gastar em 2026 (item 01.01.01.11=

Creio que todos concordamos que os postos de enfermagem eram e são uma necessidade. Cuidados de proximidade. Foi com expectativa que vi este item, tendo em consideração o que foi falado já por este executivo. No entanto, o item "Posto de enfermagem" tem uma dotaçao orçamental de 1500 euros. Não sei o valor deste género de cuidados, mas parece-nos um valor reduzido. A maior questão tem a ver com o facto de no Mapa de pessoal não terem ninguém contratado e não terem previsão de contratação de pessoal. Como vão funcionar os postos de saúde? Que valores vão realmente ser atribuídos? E que pessoal especializado vai ter lá a prestar serviço e em que condições?

É sabido por todos que uma das maiores preocupações dos Santamarinhenses é a habitação. Muitos que aqui nasceram e viveram tiveram que ir morar em outros locais, pela falta de casas e pelos valores proibitivos dos aluguéis e vendas de imóveis.
Em reunião anterior com o Executivo foi expressa essa preocupação, pelo que ficamos com ideia que seria realmente algo que seria acompanhado de perto. No entanto, o único que é referido é que irão acompanhar o processo da Câmara. Sabemos que esta é uma área que depende da Câmara, mas não podemos ser meros espectadores. Esta Junta tem obrigação para com os seus fregueses de ter papel ativo na busca de soluções.

Se a habitação é mencionada, os Transportes não o são. Durante a campanha foi mencionado por todos a necessidade de rever os transportes. De garantir que há um serviço de transportes públicos para quem deles precisa.
Apesar de ser um tema fulcral , não vejo referência a alguma ação ou tentativa de resolver essa questão. Podem indicar o que vai ser feito, ou se vai ser feito algo neste sentido?

Verifica-se que há um item denominado como "CM Gaia - Acordos e Protocolos de investimento" que prevê uma receita de 60 000 euros. podem explicar que item é este? E se em que vai ser usado. (10.05.01.01.02)

Temos também o item designado como Serviços Sociais (07.02.08.01) que tem uma receita prevista de 12 000 euros. A que se refere? De onde vem esse valor?

Nas despesas encontramos o item (02.02.14) designado como "Estudos, pareceres, projectos e consultadoria" com um valor de 14 000. Podem explicar melhor a que se refere? E num ano de contenção, em que temos corte em várias áreas, faz sentido? Podem dar mais detalhes?

Obrigada.

Pela CDU,
Isa Sanches

Grupo Parlamentar do Partido Socialista de Santa Marinha

Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias da Mesa

Senhores membros do Executivo,

Caros e caras colegas Deputados,

Todas as pessoas que contribuem para o funcionamento desta Assembleia,

Muito boa noite.

Tomo a palavra para falar de juventude, de participação cívica e, sobretudo, de responsabilidade política.

O Orçamento Jovem Participativo não é apenas um instrumento financeiro. É uma ferramenta de cidadania, de aprendizagem democrática, de capacitação e de aproximação dos jovens às instituições e à vida pública. É um espaço onde os jovens deixam de ser apenas destinatários de políticas públicas e passam a ser agentes ativos na construção das soluções para a sua comunidade, aprendendo a dialogar, a propor, a decidir e a responsabilizar-se.

Depois de um Ano da Juventude tão forte em Vila Nova de Gaia, depois da cidade ter sido eleita Capital Nacional da Juventude no ano anterior, esta freguesia, sinceramente, desilude-me.

Desilude-me porque não encontramos uma aposta clara, estruturada e continuada em mecanismos que garantam a participação efetiva dos jovens. O que pouco que tem, é fraco. Não vemos uma estratégia consistente de consolidação do envolvimento juvenil. E quando não se dá continuidade às políticas de participação, aquilo que foi construído corre o risco de se perder — e, muitas vezes, de desaparecer.

Rejeitar instrumentos de participação jovem, como o Orçamento Jovem Participativo, não é uma decisão técnica nem administrativa. É uma decisão política. É escolher não investir na autonomia, na consciência cívica, no pensamento crítico e no sentimento de pertença dos jovens à sua freguesia. É abdicar de formar cidadãos mais informados, mais responsáveis e mais comprometidos com o bem comum.

Enquanto jovem deputada nesta Assembleia, que procura crescer dentro destas paredes, que acredita na política como espaço de construção coletiva e não apenas de gestão corrente, confesso que esta ausência me deixa profundamente desapontada.

Os jovens não precisam apenas de eventos, atividades pontuais ou iniciativas simbólicas. Precisam de voz, de espaços reais de decisão, de confiança institucional. Precisam de sentir que as suas ideias contam, que o seu tempo é valorizado e que o seu envolvimento tem impacto concreto no dia a dia da sua comunidade.

Se queremos uma freguesia viva, participativa, inclusiva e com futuro, temos de assumir a juventude como uma prioridade estratégica — não apenas como um slogan ou quando é conveniente.

Porque quando deixamos morrer a participação jovem, não perdemos apenas projetos ou verbas. Perdemos sonhos, perdemos vozes, perdemos futuros possíveis. Perdemos jovens que poderiam estar aqui sentados amanhã, a defender ideias, a cuidar da sua terra, a acreditar na democracia — e que, em vez disso, se afastam, se desiludem, se calam.

A juventude não é um problema para amanhã. É uma força viva hoje. É energia, criatividade, inconformismo, vontade de transformar. Mas essa força só cresce quando é acolhida, quando é escutada, quando é levada a sério.

Como jovem deputada nesta Assembleia, não quero aprender que a política fecha portas. Quero aprender que a política constrói pontes. Quero poder dizer, com orgulho, que na Freguesia de Santa Marinha acreditamos nos nossos jovens, confiamos neles e damos-lhes espaço para errar, crescer e liderar. Infelizmente, estas preocupações não encontram qualquer expressão concreta no Plano de Atividades que nos foi apresentado.

Porque investir na juventude não é um favor. É uma responsabilidade. É uma responsabilidade de todos nós. É uma escolha de futuro. E é uma escolha que não podemos adiar.

Muito obrigada.

Vila Nova de Gaia, 20 de janeiro de 2026

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Cristiana Santos

Cristiana Santos

Rua de Angola, 34, 4430 – 014 Vila Nova de Gaia, e-mail: *santa.marinha@ps.pt*

Anexo 7
1/4

Secção de Santa Marinha e São Pedro da Afurada

DECLARAÇÃO POLÍTICA ACERCA DAS OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2026

Exmo. Sr Presidente e sras. secretárias da Assembleia de Freguesia
Exmo Sr Presidente e membros do executivo da Junta de Freguesia
Caros colegas Deputados da Assembleia de Freguesia

Caros concidadãos,

Começo, hoje, pelo princípio da nossa missão. O Artigo 235.º da nossa Constituição define que as Juntas de Freguesia existem para **'prosseguir os interesses próprios das populações'**. A forma digna de o cumprir, prática consolidada há décadas, tem sido, uma só: transferir competências e meios para as instituições, para as coletividades e para as pessoas.

Em suma: dar músculo à sociedade civil.

Este orçamento, que corta e centraliza, não é a tradução desse mandato: é a sua negação e o incumprimento de uma missão social de direito público.

Governar não é apenas gerir números, é honrar um contrato com a comunidade.

Não falo de opinião. Fazendo um comparativo, os números da desagregação, recalculados com a permilagem de 88% para Santa Marinha, são claros: o apoio comunitário por habitante desaba 77%, com uma queda abrupta de 6,73€ para 1,53€ (p/ habitante).

>> Isto não é gestão. É um abandono constitucional.

E onde se materializa este abandono?

Nas rubricas que são a alma do território:

Nas Instituições de Solidariedade, um corte de 80%.

Na Cultura e nas nossas Romarias, uma redução de 89%.

No Desporto e Lazer, uma quebra de 72%.

E na Emergência Social, tão importante para os colegas do Chega, o último recurso dos mais frágeis, esmagada em 97% – reduzida a uma nota de 500 euros.

Mas este abandono não começou hoje. O seu primeiro sinal visível surgiu logo em novembro passado, quando o executivo riscou de uma penada os 50.000 euros destinados ao Natal da nossa comunidade.

Esse valor não era um número abstrato. Traduzia-se em convívio para os nossos idosos, alegria para as nossas crianças e um cabaz de dignidade para as famílias mais carenciadas. Tudo isso foi cancelado. A justificação apresentada foi a necessidade imperiosa de usar esse dinheiro para pagar dívidas herdadas, veremos!

Ora, este episódio não foi um incidente isolado. Foi o ensaio geral do modelo que este orçamento consagra.

É por isso que, hoje, vemos no orçamento valores simbólicos onde antes havia investimento social. É a consagração de um corte que já foi testado e que agora se alastra a toda a ação social da freguesia.

Quando se corta 89% no Natal das crianças ou 97% na emergência social, não estamos perante uma casualidade. **Estamos perante um método.** Este é o tal critério que vossas excas. falavam que iriam aplicar.

Senhor Presidente, o dinheiro que gerem não é "do Estado". É dinheiro da comunidade. É o suor do imposto de cada freguês.

Devolvê-lo aos mais vulneráveis não é um favor. É a mais sagrada obrigação de quem serve o público.

Cortar 89% no Natal não é poupança, é cortar na esperança. Cortar 80% nas instituições não é rigor, é cortar no músculo da nossa solidariedade.

O sr. Presidente, na sua tomada de posse, falou de um sonho. Este orçamento, de cariz profundamente liberal, afasta-o desse sonho. Em vez de presidente do povo, este caminho fá-lo refém de uma austeridade seletiva: dura para o povo, branda e amiga para a estrutura.

É portanto, no mínimo, contraditório ver forças aqui representadas, que no nacional gritam por mais apoio social, conformarem-se com este desmantelamento.

Por isso, o nosso apelo de hoje não é um ataque. É um apelo ao bom senso, à humanidade e ao cumprimento da lei.

Exigimos justiça: que saneie contas cortando na gordura, não no músculo social.

Exigimos humanidade: que honre o compromisso constitucional de servir os interesses da população, começando pelos mais frágeis.

Podemos discordar na tática, Senhor Presidente, mas não podemos discordar no objetivo: **servir Santa Marinha com integridade e com o coração no sítio certo.** Este orçamento não tem alma e não tem coração.

Santa Marinha merece um orçamento que some, não que subtraia. Que una, não que divida.

Muito obrigado.

Vila Nova de Gaia, 20 de Janeiro de 2026

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista

O Deputado,

António Lopes

Anexo 8

LIVRE

Assembleia de Freguesia de Santa Marinha

Declaração de Voto - 20/01/2026

Enquanto representante do partido Livre na assembleia de freguesia de Santa Marinha e, após auscultação dos membros do partido, declaro o meu voto de **abstenção** relativamente aos pontos 3.1 a); b); c) e **contra** relativamente ao ponto 3.1 d) da presente ordem de trabalhos e apresento a seguinte declaração.

Considerando as opções do plano e orçamento apresentados pelo executivo, o partido Livre considera que estes dois documentos vão, em certa medida, ao encontro de alguns pontos da nossa visão sobre o que é essencial para Santa Marinha e os seus fregueses, nomeadamente nos campos da Saúde, da Inovação, da Proteção e Intervenção Social, do Desporto e Associativismo e da inclusão da comemoração de datas como o Dia Internacional da Mulher e o Dia Mundial da Igualdade de Género.

Contudo, ao apreciarmos o orçamento apresentado, notamos algumas incongruências face ao plano. A título de exemplo, na despesa aplicada a Parques e Jardins, o valor é de 100€, montante insignificante e em total desacordo com o descrito no plano, onde se prevê, por exemplo, maior manutenção e inspeção. Naturalmente não será com 100€ que tal se concretizará.

Ainda no plano sobre este tema, não estão previstos quaisquer novos espaços desta natureza, algo que a freguesia de Santa Marinha tem enorme carência, assim como de parques infantis. Estes deveriam abundar por toda a freguesia, pois são um elemento essencial na construção de uma cidade equilibrada, saudável e agradável, não só para morar, mas acima de tudo para viver e construir futuro.

Notamos ainda que este executivo decide destinar os 125 990€ do saldo corrente a financiar projetos elencados no Plano Plurianual de Investimentos. No nosso entender, este valor é excessivo tendo em conta as necessidades imediatas da freguesia, como em áreas como a saúde, a ação social e o ambiente e espaços verdes. Assim, entendemos que uma parte desta verba deveria ser aplicado no imediato, em áreas já mencionadas anteriormente e em medidas tão essenciais como na criação de um Plano de Segurança Rodoviária, no Alargamento e Requalificação de passeios, com piso contínuo, antiderrapante, acessível e sem obstáculos ou até mesmo num projeto piloto de sensibilização com programas educativos nas escolas sobre o bem-estar e proteção animal, propostas estas já apresentadas pelo partido Livre em sede de Direito de Oposição e que poderia perfeitamente encaixar no plano em orçamento, sem comprometer o seu equilíbrio.

Anexo 8
2/2

O exercício de escrutínio por parte da Assembleia é saudável e essencial ao bom funcionamento democrático, não configurando, de forma alguma, uma falta de confiança no executivo. Nesse sentido, expresso a minha vontade de desempenhar plenamente o mandato para o qual fui eleito, assegurando transparência, responsabilidade e boa governação.

Assim, reitero a minha total disponibilidade para manter uma colaboração próxima e construtiva com o executivo, no respeito pelas competências próprias de cada órgão e com o objetivo comum de representar e servir da melhor forma os fregueses de Santa Marinha.

Vila Nova de Gaia, 20 de janeiro de 2026

Nuno Moreno
Deputado do partido Livre na Assembleia de Freguesia de Santa Marinha

Anexo 9

Declaração de voto

Embora o documento apresentado denota "boa vontade" e contenha intenções genericamente positivas, verificou-se, durante a discussão, uma total incapacidade em responder de forma clara às questões concretas que foram colocadas, quer pela CDU quer por outras bancadas, sobre o mesmo.

A informação contida no documento não se encontra devidamente consubstanciada, carecendo de fundamentação técnica e detalhamento que permitam compreender a sua viabilidade e aplicação real.

Mas sobretudo, consideramos que a proposta em apreço não dá resposta às questões fundamentais da freguesia, porque não podemos ser meros espectadores, não podemos passar meses a dizer que esperamos receber e não o fazer.

Não podemos passar o tempo a justificar a inação com o passado. Compreendemos as dificuldades, mas essa não pode ser a única justificação.
Este não é um orçamento em que a CDU se reveja.

Obrigada,
Isa Sanches

Pedido de Transcrição Integral da Intervenção

Marcelo Castro da Silva
Membro da Assembleia de Freguesia de Santa Marinha
Data: 20/01/2026

À Mesa da Assembleia de Freguesia de Santa Marinha,

Eu, **Marcelo Castro da Silva**, na qualidade de **Membro da Assembleia de Freguesia de Santa Marinha**, venho por este meio solicitar que a minha intervenção proferida na sessão de **20/01/2026** seja **transcrita na íntegra** na ata correspondente, conforme previsto no Regimento.

Junto em anexo envio o texto completo da intervenção conforme proferida, para efeitos de registo e transcrição.

Com os melhores cumprimentos,
Marcelo Castro da Silva
Contacto: 935 457 945
Email: marcelocschega@gmail.com

Declaração de Voto - Abstenção

Plano de Atividades e Orçamento para 2026

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Junta,
Senhores Membros do Executivo,
Senhores Membros da Assembleia de Freguesia,
Caros concidadãos,

O Grupo do CHEGA, após análise técnica e jurídica do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2026, delibera abster-se na votação do referido documento, pelos fundamentos que se seguem.

Em primeiro lugar, verifica-se que as transferências financeiras provenientes da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia se encontram inscritas de forma global e agregada, sem a necessária discriminação da respetiva origem, natureza e finalidade. Esta opção inviabiliza a correta leitura das receitas efetivamente disponíveis e compromete o cumprimento dos princípios da transparência, clareza, especificação e equilíbrio orçamental, consagrados na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Autarquias Locais).

Com efeito, ao não contemplar de forma clara a totalidade das receitas municipais expectáveis, o orçamento apresentado não permite aferir com rigor a correspondência entre receitas e despesas, fragilizando o princípio do equilíbrio orçamental e levantando dúvidas quanto à real capacidade de execução das despesas previstas, podendo mesmo conduzir à ocultação ou subavaliação de encargos futuros.

Em segundo lugar, constata-se a ausência de inventário atualizado dos bens móveis e imóveis da freguesia, documento legalmente exigível e absolutamente indispensável ao exercício das competências de fiscalização por parte da Assembleia de Freguesia. Tal omissão, já anteriormente sinalizada e objeto de pedido formal, não pode ser justificada pelo processo de desagregação da União de Freguesias. Pelo contrário, esse processo impõe acrescidas exigências de rigor, identificação patrimonial e clareza na afetação dos bens, sob pena de se comprometer a legalidade e a boa gestão do património público.

Em terceiro lugar, no domínio dos apoios sociais, o plano limita-se a enunciar intenções genéricas, não definindo critérios objetivos de atribuição, nem especificando de forma clara os montantes afetos a cada medida. Esta falta de concretização compromete os princípios da igualdade, legalidade

administrativa e boa administração, deixando excessiva margem de discricionariedade na aplicação dos recursos públicos.

Acresce ainda a insuficiência de informação relativa à alienação de património, designadamente no que respeita à venda da antiga escola, não sendo indicado o valor previsional da receita nem a sua afetação concreta. Esta omissão fragiliza a transparência do documento e impede uma avaliação económica e financeira minimamente fundamentada.

Importa ainda salientar que este orçamento nasce, em termos estruturais, esvaziado, ao prever um orçamento único, sem desagregação funcional ou programática, não clarificando os objetivos dos investimentos de capital nem especificando adequadamente os bens de investimento a adquirir. Estamos, assim, perante um conjunto de boas intenções, sem tradução objetiva, calendarizada e mensurável, o que compromete a capacidade de acompanhamento, avaliação e fiscalização por parte desta Assembleia.

Face às insuficiências identificadas, o Grupo do CHEGA entende que não estão reunidas as condições legais, técnicas e materiais para uma aprovação plenamente esclarecida do Plano de Atividades e Orçamento para 2026. Contudo, atendendo ao contexto institucional da freguesia, opta pela abstenção, sem prejuízo da exigência de prestação da informação em falta e da correção das desconformidades assinaladas.

Nestes termos, o Grupo do CHEGA vota pela abstenção.

Muito obrigado.

Santa Marinha, 19 de Janeiro de 2026

Marcelo Castro da Silva
Membro da Assembleia de Freguesia de Santa Marinha
CHEGA

Secção de Santa Marinha e São Pedro da Afurada

Exmos. Senhor Presidente e Senhoras Secretárias da Assembleia de Freguesia;

Exmo. Senhor Presidente e demais Membros do Executivo da Junta de Freguesia;

Exmos. Senhores Deputados da Assembleia de Freguesia;

Exmo. Senhor Colaborador da Junta de Freguesia que presta apoio nesta Reunião;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Declaração de Voto

O Grupo Parlamentar do PS vota **contra o ponto 3.1 da ordem de trabalhos, em todas as suas alíneas**, por não se rever no **Plano e Orçamento para 2026** nem nas opções políticas que lhe estão associadas.

Não acompanhamos um documento que **não responde às necessidades reais da freguesia** e que assenta em escolhas com as quais discordamos politicamente.

Recusamos, igualmente, conceder um **"cheque em branco" ao Executivo**, através de autorizações que permitem delegações de competências, contratos e compromissos plurianuais sem garantias suficientes de **controlo, transparência e fiscalização dos interesses da população.**

O nosso voto contra é uma escolha política clara, responsável e coerente com a defesa das pessoas, das instituições da freguesia e do rigor na governação.

Vila Nova de Gaia, 20 de janeiro de 2026

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista

O Líder do Grupo Parlamentar

Rua de Angola, 34, 4430 – 014 Vila Nova de Gaia, e-mail: santa.marinha@ps.pt

Ord. 0286
Assembleia de Freguesia
de Santa Marinha
Entrada n.º 19 Data 29/12/2025
D: ___/___/___ R: ___/___/___

junta de freguesia
santamarinha
vila nova de gaia

Anexo 12
1/9

Informação do Presidente da Junta de Freguesia à Assembleia de Freguesia de 29 de dezembro de 2025

Exmo. Senhor
Octávio José Martins Pimentel
Presidente da Assembleia de Freguesia de Santa Marinha

Nos termos da lei, informo a Assembleia de Freguesia das iniciativas mais relevantes que ilustram alguma da atividade, nunca toda, da Junta de Freguesia no período compreendido entre o dia **5 de novembro de 2025 e 23 de dezembro de 2025,** isto, para além do habitual atendimento da população.

Concretizada a vitória da Coligação Gaia Sempre na Frente nas Eleições Autárquicas de 12 de outubro de 2025 e após a posse do novo Executivo da Junta de Freguesia de Santa Marinha, rapidamente se confirmaram as piores expectativas relativas à situação financeira herdada.

O défice dos 12 anos de gestão socialista da União de Freguesias de Santa Marinha e de São Pedro da Afurada atingia tal dimensão que colocava a União, no fundo da tabela das Autarquias de Vila Nova de Gaia e do Grande Porto.

Mostraram isso mesmo mais tarde, as contas apresentadas aquando do processo de extinção da referida União de Freguesias.

Caiem por terra, pois, todos os argumentos apresentados que querem desvirtuar a realidade dos factos e que não permitiram uma normal e tranquila entrada em funções do novo Executivo, confrontado com a dificuldade de reunir meios que permitissem fazer face ao pagamento da enorme listagem de dívidas e compromissos não assumidos, alguns até já em vias de tramitação judicial.

(12)
2/9

Foi neste quadro que se iniciamos funções dispostos a inverter esta difícil situação, e desenvolver mesmo assim toda a nossa ação em prol dos justos interesses e necessidades de todos os Santamarinhenses, e que acreditamos terá a oposição construtiva por parte dos parlamentares de boa-fé, dos partidos com assento na Assembleia de Freguesia.

Os nossos esforços e a correta gestão dos escassos meios de que já vamos dispondo, têm-nos permitido satisfazer alguns compromissos, nomeadamente o pagamento dos honorários dos funcionários da Junta de Freguesia, e realizar trabalhos de reparação de pavimentos por toda a Freguesia, de várias intervenções nos terrenos e fachadas do Cemitério e na limpeza e transporte de monos despejados junto a latões do lixo e em alguns terrenos abandonados e isolados.

Representações e Convites:

- **07/11** — Presença do Presidente na Sessão Solene do 105.º Aniversário do Sporting Clube de Coimbrões;
- **08/11** — A Junta de Freguesia fez-se representar pelas Vogais, Anabela Carriço e Helena Peixoto na apresentação da peça de teatro "D. Maria da Autarquia", do Grupo de Teatro do Centro Democrático Latino Coelho, no VII Festival de Teatro José Guimarães, organizado pela Tuna Musical de Santa Marinha;
- **09/11** — Presença do Presidente na Gala dos Campeões 2025 Clube Fluvial Portuense;
- **11/11** — Participação do Presidente no Magusto do Lar Padre Alves Correia, Candal;
- **14/11** — O Presidente esteve presente na cerimónia de assinatura de protocolos entre a FEDAPAGAIA e com as Associações de Pais de Vila Nova de Gaia;
- **14/11** — A Junta de Freguesia esteve representada pelos Vogais, Anabela Carriço e Filipe Santos na Tomada Posse dos novos Órgãos Sociais da Sociedade Musical 1.º de Agosto;
- **15/11** — A Junta de Freguesia esteve representada em dois eventos inseridos nas comemorações do 119.º Aniversário do Centro Democrático Latino Coelho, pelo Vogal, Filipe Santos na Missa realizada na Paróquia de Coimbrões e no Almoço pelos Vogais, Anabela Carriço e Filipe Santos;

• **21/11** — Presença do Presidente e da Vogal, Helena Peixoto, na inauguração de uma nova CTE na Escola Profissional de Gaia, que contou com a presença do Ministro da Educação;

• **22/11** — Presença do Presidente na CERCIGAIA na apresentação do livro "A História de quem tem Sonhos", escrito por Tiago Teixeira e Jorge Paulo Pereira;

• **29/11** — Presença do Presidente no Jantar do 49.º Aniversário do Lions Club de Vila Nova de Gaia;

• **29/11** — O Presidente esteve representado pela Vogal, Anabela Carriço no espetáculo de teatro musicado "Ora Toma Que É do Xico" no Sporting Clube Canadense;

• **05/12** — Presença do Presidente na Sessão Solene do 101.º Aniversário o da Tuna Musical de Santa Marinha;

• **14/12** — O Presidente este presente no convívio organizado pelo simpático Grupo de Amigos "Zanga na Barraca" e autênticos resistentes da sua beira-rio que adoram e frequentam regularmente, e muitos vivem fora e longe da freguesia, o Presidente associou-se ao seu Jantar deste Natal, levando consigo a promessa de que a Junta tudo iria fazer para que este Grupo cada vez mais numeroso, mantenha esta ligação afetiva à sua terra;

• **16/12** — O Presidente fez-se representar pela Vogal, Helena Peixoto no momento musical relativo ao Natal organizado pela Escola Básica da Quinta das Chãs;

• **17/12** — O Presidente esteve representado pela Vogal, Helena Peixoto Escola Básica do Marco na Festa de Natal;

• **17/12** — Presença da Vogal, Helena Pexoto, em representação do Presidente e restantes membros do Executivo no Jantar de Natal do Agrupamento de Escolas António Sérgio;

• **19/12** — O Presidente marcou presença no Almoço de Natal dos seniores do Centro de Dia do Bom Pastor;

• **23/12** — O Presidente esteve presente na tomada de posse do novo Comandante da Unidade de Apoio do Comando do Pessoal, Coronel de Cavalaria, Nuno Lourenço Álvares Alves e Sousa, que decorreu no Quartel da Serra do Pilar.

No dia 16 de novembro receberam, o Presidente e o Vogal, Agostinho Viana, uma comunicação do Comandante da Proteção Civil de Gaia, Coronel Rui Ribeiro, a dar conhecimento e a sugerir a comparência na Avenida Mestre José Rodrigues, nesta freguesia, pelo facto de parte dessa via ter sido atingida por um deslizamento de terras, provocado pelo mau tempo e pela deficiente proteção da zona pelos responsáveis das obras do Metro. Nessa operação foi preciso retirar alguns veículos bloqueados na lama e proceder ao fecho da via, para posterior limpeza do pavimento da zona do evento;

Nos dias 24 e 26 de novembro foram realizadas duas reuniões do Executivo, a primeira com os represente das Coletividades e Forças Vivas da Freguesia, para análise da situação económica e financeira da autarquia e das decisões consequentes a assumir a médio e longo prazo. A segunda com os representes das IPSS, Escolas, Confrarias, Comissões de Festas e Instituições Religiosas da Freguesia, para o mesmo efeito.

No dia 4 de dezembro o Presidente acompanhado dos Vogais, Agostinho Viana e Filipe Santos e com a presença do Comandante da Proteção Civil de Gaia, Coronel Rui Ribeiro e da Responsável Técnica da Empresa Municipal das Águas de Gaia, Eng.ª Cristina Moreira, visitaram alguns lugares da freguesia, para avaliação e definição de estratégias de intervenção nos pavimentos com problemas de escoamento de águas pluviais e outras, nomeadamente nos Lugares de Gaia e do Marco e também em algumas infraestruturas e património municipal e particular a precisarem de obras de reparação.

Relativamente ao trabalho realizado durante este período pelo Gabinete da Ação Social, de registar a continuidade por parte da responsável, Dra. Rute Augusto, com a supervisão da Vogal do Pelouro, Dra. Anabela Carriço, das ações de apoio em rede com outras instituições de solidariedade social do concelho, no que diz respeito a distribuição mensal de bens alimentares e outras medidas urgentes de apoio ao pagamento de renda, água e luz. No entanto tendo em conta a época natalícia que atravessamos, o Executivo não deixou para trás as famílias realmente carenciadas e desenvolveu diligencias para que estas pudessem ter um Natal minimamente digno e feliz. De salientar neste contexto, a atitude altruísta da direção do Sporting Clube de

junta de freguesia
santamarinha
vila nova de gaia

Coimbrões, que após recolha de bens alimentares e vestuário por parte dos seus atletas e familiares, entregou à Junta de Freguesia, por reconhecer que esta, através do seu Gabinete da Ação Social, está mais vocacionada para uma distribuição mais rápida e eficaz desses bens pelas famílias mais necessitadas.

Junto remeto a informação sobre a situação financeira da Junta de Freguesia de Santa Marinha.

Vila Nova de Gaia, 23 de dezembro de 2025.

O Presidente da Junta de Freguesia,

(Fernando Ferreira da Silva Duarte)

AT autoridade tributária e aduaneira

Serviço de Finanças de VILA NOVA DE GAIA-1. - [1910]

CERTIDÃO

Vitor da Silva Pereira Canastro, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de VILA NOVA DE GAIA-1..

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177°-A e/ou n°s 3, 6 e 13 do artigo 169°, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).
A presente certidão é válida por quatro meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos n°s 4 e 6 do artigo 24° CPPT, respetivamente.
Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 16 de Dezembro de 2025.

IDENTIFICAÇÃO
NOME: FREGUESIA DE SANTA MARINHA
NIF: 519048350

Elementos para validação
Nº Contribuinte: 519048350
Cód. Validação: FEVRJQYLTQUQ

O Chefe de Finanças,

(Vitor da Silva Pereira Canastro)

Para validar esta certidão aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, seleccione a opção "Validação Doc." e introduza o nº de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a esta certidão.

SEFMP041_W1

Freguesia de Santa Marinha

Concelho de Vila Nova de Gaia

NIF: 519048350

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA EM 10/12/2025

	REFERÊNCIA AOS REGISTOS	SALDO DO DIA ANTERIOR	ENTRADA DO DIA	SOMA	SAÍDA DO DIA	SALDO PARA O DIA SEGUINTE
DISPONIBILIDADE	CAIXA: Numerário	4 365,04	1 668,50	6 033,54	1 087,00	4 946,54
	CAIXA: Cheques e vales postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CAIXA: Fundos de maneio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SUBTOTAL DE CAIXA	4 365,04	1 668,50	6 033,54	1 087,00	4 946,54
	DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS					
	Caixa Geral de Depósitos CONTA Nº 0888126144930	17 434,48	1 087,00	18 521,48	16,06	18 505,42
	SUBTOTAL BANCÁRIO	17 434,48	1 087,00	18 521,48	16,06	18 505,42
	TOTAL DE DISPONIBILIDADES	21 799,52	2 755,50	24 555,02	1 103,06	23 451,96
	DOCUMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DOS MOVIMENTOS DE TESOURARIA	21 799,52	2 755,50	24 555,02	1 103,06	23 451,96
	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	18 615,14	1 668,50	20 283,64	16,06	20 267,58
	RETENÇÕES POR OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS					
	RETENÇÕES SNC-AP	10 900,55	0,00	10 900,55	0,00	10 900,55
	RETENÇÕES OP.TESOURARIA		0,00			
	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	3 184,38	0,00	3 184,38	0,00	3 184,38

Confirmo

O Tesoureiro

Conferi

O/A funcionário/a da contabilidade

Visto

O Presidente

SEGURANÇA SOCIAL | INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

CENTRO DISTRITAL DO PORTO
RUA ANTÓNIO PATRÍCIO, N.º 262
4199-001 PORTO

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte FREGUESIA DE SANTA MARINHA

Firma/Denominação FREGUESIA DE SANTA MARINHA

FREGUESIA DE SANTA MARINHA
R CÂNDIDO DOS REIS 545
SANTA MARINHA
4400-075 VILA NOVA DE GAIA

N.º de Identificação de Segurança Social 25190483504

N.º de Identificação Fiscal 519048350

N.º da Declaração 099810285ASCD25

Data de emissão 2025-12-16

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro na sua versão atualizada

Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação contributiva apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, contado a partir da data de emissão.

Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

O Diretor de Segurança Social
Miguel Cardoso

Elementos para verificação da autenticidade da declaração:

Número de Identificação - 25190483504
Código de Verificação - V2HY37THUPAY9KQ

Para verificar a autenticidade desta declaração aceda à Segurança Social Direta em www.seg-social.pt e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados.

Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaração.

CENTRO DISTRITAL DO PORTO • RUA ANTÓNIO PATRÍCIO, N.º 262 • 4199-001 PORTO
Fax: 300 520 520 • www.seg-social.pt

Digitally signed by INSTITUTO DE INFORMATICA, I.P.
Date: 2025.12.16 14:46:45 WET

Freguesia de Santa Marinha

Concelho de Vila Nova de Gaia

NIF: 519048350

Rep/op/pm
Executivo a
Ponto 15 assem
Reunião de 29/12

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA EM 23/12/2025

	REFERÊNCIA AOS REGISTOS	SALDO DO DIA ANTERIOR	ENTRADA DO DIA	SOMA	SAÍDA DO DIA	SALDO PARA O DIA SEGUINTE
DISPONIBILIDADE	CAIXA: Numerário	2 136,61	365,50	2 502,11	281,00	2 221,11
	CAIXA: Cheques e vales postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CAIXA: Fundos de maneio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SUBTOTAL DE CAIXA	2 136,61	365,50	2 502,11	281,00	2 221,11
	DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS					
	Caixa Geral de Depósitos CONTA Nº 0888126144930	246 251,34	281,00	246 532,34	20 397,50	226 134,84
	SUBTOTAL BANCÁRIO	246 251,34	281,00	246 532,34	20 397,50	226 134,84
	TOTAL DE DISPONIBILIDADES	248 387,95	646,50	249 034,45	20 678,50	228 355,95
	DOCUMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DOS MOVIMENTOS DE TESOURARIA	248 387,95	646,50	249 034,45	20 678,50	228 355,95
	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	236 545,52	365,50	236 911,02	20 397,50	216 513,52
	RETENÇÕES POR OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS					
	RETENÇÕES SNC-AP	5 641,34	0,00	5 641,34	63,80	5 577,54
	RETENÇÕES OP.TESOURARIA		0,00			
	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	11 842,43	0,00	11 842,43	0,00	11 842,43

Confirmo | Conferi | Visto

O Tesoureiro | O/A funcionário/a da contabilidade | O Presidente

12

9/9

Secção de Santa Marinha e São Pedro da Afurada

Exmos. Senhor Presidente e Senhoras Secretárias da Assembleia de Freguesia;

Exmo. Senhor Presidente e demais Membros do Executivo da Junta de Freguesia;

Exmos. Senhores Deputados da Assembleia de Freguesia;

Exmo. Senhor Colaborador da Junta de Freguesia que presta apoio nesta Reunião;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta

A informação escrita que hoje apreciamos não é apenas um documento administrativo. É um documento **político**, e como tal deve ser avaliado não só pelo que diz, mas sobretudo pelo que **omite** e pelas **consequências concretas** que produziu.

O Senhor Presidente da Junta optou por apresentar uma narrativa de emergência financeira permanente, imputando quase exclusivamente ao Partido Socialista, ao longo dos últimos 12 anos, a responsabilidade pela situação atual da freguesia. Essa narrativa é **seletiva**, é **conveniente** e é **politicamente construída**.

O que a informação escrita não diz é que, quando o Partido Socialista iniciou funções, a União de Freguesias se encontrava com **contas bancárias e bens móveis penhorados**, numa situação de rutura institucional herdada de um **executivo do PSD**, exatamente a mesma força política que hoje governa esta Junta.
Essa omissão não é inocente. Serve um propósito político claro.

Mas a gravidade deste documento não está apenas na distorção do passado. Está no uso que foi feito dessa narrativa no presente.

Com base neste discurso de alegada falta absoluta de recursos, o Executivo tomou decisões que marcaram negativamente o mês de dezembro e atingiram diretamente os mais vulneráveis da nossa freguesia.

Pela primeira vez em **mais de vinte anos**, foi cancelado o **Almoço de Natal Sénior**. Não por impossibilidade logística, mas por opção política. Uma opção que retirou dignidade, convívio e presença institucional a dezenas de idosos, muitos dos quais vivem sozinhos.

Foi igualmente decidida a **não entrega de prendas às crianças das nossas escolas**, sabendo-se, e isto é inegável, que para muitas dessas crianças essa prenda seria a **única prenda de Natal**.

Rua de Angola, 34, 4430 – 014 Vila Nova de Gaia, e-mail: santa.marinha@ps.pt

Foram ainda cortados os **cabazes de Natal a famílias carenciadas**, ainda que se reconheça que as famílias em situação de pobreza extrema acabaram por ser apoiadas. O mínimo dos mínimos não pode ser apresentado como virtude política.

Estas decisões foram publicamente justificadas com base numa situação financeira apresentada como dramática e sem alternativas.

E é aqui que a informação escrita atinge o seu ponto mais grave. O documento **omite completamente** a entrada de **250.000 €**, em dezembro, resultantes da venda do edifício da antiga Escola sita na Rua José Mariani, n.º 67 em Santa Marinha.

Uma receita efetiva.
Uma receita conhecida pelo Executivo.
Uma receita **omitida** à oposição, à Assembleia e à população.

Não estamos a falar de um erro técnico.
Estamos a falar de uma **omissão politicamente relevante**, que condicionou a perceção pública da situação financeira e serviu para legitimar cortes com impacto social profundo.

Quando se omite uma receita desta dimensão e, simultaneamente, se cortam apoios a idosos, crianças e famílias, o problema deixa de ser contabilístico. Passa a ser **ético e político**.

Esta Assembleia deve, por isso, registar com clareza que:

- a informação escrita apresentada é **incompleta**;
- omite receitas determinantes;
- e foi usada para justificar decisões que penalizaram quem menos tem.

Não se governa uma freguesia escondendo informação relevante.
Não se invoca responsabilidade financeira à custa dos mais frágeis.
E não se pode pedir compreensão quando se escolhe a omissão.

Solicito que esta apreciação crítica fique **expressamente registada em ata**, porque o que aqui está em causa não é apenas a gestão de contas, mas a **responsabilidade política pelas escolhas feitas**.

Vila Nova de Gaia, 20 de janeiro de 2026

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista

O Líder do Grupo Parlamentar

Gmail Octávio Pimentel <ojmpimentel@gmail.com>

FW: ***SPAM*** Solicitação de disponibilização de diário financeiro - Assembleia de Freguesia de 29 de dezembro

2 mensagens

assembleia@santamarinha-gaia.pt <assembleia@santamarinha-gaia.pt> 5 de janeiro de 2026 às 15:19
Para: "ojmpimentel@gmail.com" <ojmpimentel@gmail.com>, "alexandrafsousa24@gmail.com" <alexandrafsousa24@gmail.com>, "valente_alexandra@sapo.pt" <valente_alexandra@sapo.pt>

From: André Lima <alplima@sapo.pt>
Sent: Friday, January 2, 2026 2:11 PM
To: assembleia@santamarinha-gaia.pt <assembleia@santamarinha-gaia.pt>
Cc: 'Raimundo Filipe' <raimundofilipe@netcabo.pt>
Subject: ***SPAM*** Solicitação de disponibilização de diário financeiro - Assembleia de Freguesia de 29 de dezembro

Ex.mo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia

Dr. Octávio Pimentel,

Na qualidade de membro da Assembleia de Freguesia de Santa Marinha, venho por este meio reiterar o pedido de disponibilização dos diários financeiros da Junta de Freguesia reportados à data de 29 de dezembro, data em que teve lugar a última sessão ordinária da Assembleia.

Importa referir que este pedido foi já efetuado verbalmente à Mesa no decurso da referida sessão, não tendo, até ao momento, sido facultada qualquer documentação aos membros da Assembleia.

O acesso a estes documentos é indispensável ao exercício do dever de fiscalização que assiste aos eleitos locais, tratando-se de informação cuja disponibilização decorre do princípio da transparência e da regular prestação de contas por parte do executivo, cabendo à Mesa assegurar o seu encaminhamento.

Assim, agradeço que os referidos documentos sejam disponibilizados sem omissões, com a maior brevidade possível, preferencialmente em formato digital, a todos os membros da Assembleia de Freguesia.

Com os melhores cumprimentos,

André Lima

Membro da Assembleia de Freguesia de Santa Marinha

assembleia@santamarinha-gaia.pt <assembleia@santamarinha-gaia.pt> 5 de janeiro de 2026 às 16:49
Para: "ojmpimentel@gmail.com" <ojmpimentel@gmail.com>

Iniciativa Liberal
Assembleia de Freguesia de Santa Marinha

Declaração de voto sobre as PROPOSTAS APRESENTADAS NO PAOD DE 20/12/2025.

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Santa Marinha.

Relativamente às propostas apresentadas no Período de Antes da Ordem do Dia, refiro.

1. SOBRE AS PROPOSTAS DO CHEGA

Fundo de Emergência

Relativamente à criação do Fundo de Emergência, consideramos que, embora a Lei aponte para a Câmara como entidade central para estes fundos, nada impede que as Juntas o façam.

A nossa posição é de viabilização, embora com reservas quanto à sua operacionalização imediata. Creio que se ajustam duas alterações: que a sua execução seja condicionada a um início mais tardio no ano, dada a atual ausência de verbas da Junta, e que a Proteção Civil seja envolvida na definição dos critérios de acionamento, para garantir que o fundo seja usado em situações de emergência reais e não fique sujeito a interpretações vagas.

Iniciativa Liberal
Assembleia de Freguesia de Santa Marinha

Alterações ao Regimento

Quanto à proposta de alteração do Regimento, entendemos que esta deve transitar para o grupo de trabalho que já está a ser coordenado pelo Sr. Presidente da Mesa. Não faz sentido votar uma "alteração" quando o objetivo atual é a criação de um novo Regimento de raiz.

Participação Cívica

Sobre a proposta de criação de uma entidade para participação aberta, entendemos que, embora a intenção de promover a participação cívica seja positiva, o modelo proposto — com mesas, atas e votações formais — cria um risco de paralisia institucional e de instrumentalização política. Em alternativa, defendemos a reconstituição urgente do Conselho Social, conforme prometido pela Junta, órgão previsto na legislação em vigor.

Não obstante irmos votar contra esta proposta, apoiamos a ideia de criação de um outro grupo consultivo representativo do tecido empresarial da Freguesia, com uma escolha estruturada de membros e modo de funcionamento mais flexível, que garanta uma representatividade real da sociedade civil e das associações setoriais.

3. SOBRE AS PROPOSTAS DO PARTIDO SOCIALISTA (PS)

Auditoria Independente e Portal da Transparência

Votaremos contra a moção sobre a auditoria independente e o Portal da Transparência.

Não nos entendam mal. São propostas muito válidas, tão válidas que são adaptações do Programa da Coligação "Gaia Sempre na Frente", onde a transparência é referida 21 vezes. Aliás, várias propostas da IL que facilitam de facto a transparência faziam parte desse programa, já estão implementadas ou estão em processo de implementação.

Tenho pena que as medidas sobre transparência não tenham sido implementadas no início do mandato anterior por um PS que tinha maioria absoluta e que podia fazer o que quisesse. Podia ser que tivessem ajudado os membros do V. partido e evitar que o Vice-Presidente da Câmara fosse preso, que o Presidente perdesse o Mandato, que o Presidente das Águas de Gaia fosse exonerado pelo Tribunal, etc, etc, etc...

Quanto à questão das auditorias: Já estão propostas, anunciadas e em curso várias auditorias. Defendemos que devemos esperar pelas conclusões das mesmas, antes de avançar para mais gastos redundantes.

Iniciativa Liberal
Assembleia de Freguesia de Santa Marinha

Cartão Mais 65

Votaremos contra a moção sobre o fim do protocolo do Cartão Mais 65.

Esta foi uma medida avulsa e eleitoralista, aplicada apenas num dos 12 anos de mandato do PS. Foi orçamentada para 2.500 pessoas, ou seja, 3% do total de idosos com mais de 65 anos. A Câmara Municipal de Gaia está a substituir este programa por um plano bem estruturado, com um custo per capita muito inferior e maior eficácia. Trata-se de uma gestão responsável dos recursos públicos em prol de uma política sénior mais abrangente.

---

5. SOBRE A MOÇÃO DA CDU

Rede UNIR

Partilhamos as preocupações sobre o serviço da rede UNIR, mas a nossa posição depende de uma votação ponto por ponto:

1. **Ponto 1 (Melhoria do serviço):** Estamos disponíveis para deixar passar este ponto, uma vez que a Câmara já está a tratar desta matéria.

2. **Ponto 2 (STCP):** Não podemos concordar que a solução seja condicionada apenas à STCP. Devemos estar abertos à solução que preste o melhor serviço, seja ela pública, privada ou mista. Votaremos contra este ponto.

3. **Ponto 3 (Esclarecimentos):** Este ponto fazia todo o sentido à data de apresentação. No entanto, dado que os esclarecimentos já foram prestados

pela Câmara na Assembleia Municipal de 17/01/2026, qualquer moção a apresentar pela Junta seria redundante.

Se o texto da proposta for ajustado para remover os pontos 2 e 3 e referências aos mesmos no corpo da proposta, poderemos considerar a abstenção no ponto 1.

Assinado por: **Pedro Armando de Matos Pereira**
Num. de Identificação: 08499989
Data: 2026.01.20 22:13:17+00'00'